

Riscos urbanos, novas territorialidades e oportunidades de mudança. Uma breve reflexão

Maria de Lurdes Roxo Mateus

Professora Auxiliar Aposentada, Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra. Membro do CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território.

mlroxo@hotmail.com

Resumo:

Neste artigo iremos debruçar-nos sobre a questão dos riscos, relacionando-a com a das novas territorialidades urbanas. Começamos por fazer uma breve abordagem conceptual relativa às temáticas envolvidas. Em seguida, iremos fazer incidir a nossa reflexão sobre a questão dos riscos urbanos vistos enquanto oportunidade de mudança. Com efeito, os riscos urbanos, actualmente sensíveis ao nível da segurança, saúde, ambiente e/ou património, podem estar na origem de fluxos migratórios, centrífugos, para as áreas rurais envolventes. Daí poderá resultar o tradicional crescimento do periurbano mantendo-se, desta forma, o modelo dicotómico centro-periferia. Contudo, se as procuras residenciais se estenderem até aos concelhos vizinhos do centro polarizador, implementa-se um novo paradigma de (re)organização dos espaços. Este, enquanto processo de “rurbanização”, tende para a “cidade dispersa”, ou “cidade emergente”. Se, à escala das famílias, a mudança se opera ao nível dos espaços do quotidiano e da qualidade de vida, pode ser uma oportunidade, na perspectiva da melhoria da qualidade ambiental e até das relações sociais e de trabalho. Contudo, existem, para além das oportunidades, contingências e custos, eventualmente configurando novos riscos, que também consideraremos.

Palavras-chave: Riscos urbanos. Vulnerabilidade. Rurbanização. Continuum rural-urbano. Cidade emergente.

Abstract:

Urban risks, new territorialities and opportunities for change. Thinking about this

In this article we will look at the question of risks, relating it to the new urban territorialities. We start by making a brief conceptual approach on the issues involved. Then we are going to focus our thinking on the urban risks seen as opportunity to change. In fact, urban risks, currently felt at the level of security, environment, health and even heritage, can lead to centrifugal flow to the surrounding rural areas. This may result the traditional peri-urban growth remaining in this way, the dicotomic center-periphery model. However, if residential extend searches to the neighbouring municipalities of the polarizing center, implements a new paradigm of (re)organisation of spaces. This, designated as “counter-urbanisation process”, tends to “dispersed town”, or “emerging city”. If household scale, change the operating spaces of everyday life and the quality of life, can be an opportunity, with a view to improving environmental quality and social and working relations. However, there are, in addition to the opportunities, costs and contingencies, eventually setting up new risks, which also will consider.

Keywords: Urban risks. Vulnerability. Counter-urbanization. Rural-urban continuum. Emerging city.

Nota Introdutória

A problemática dos riscos, na perspectiva das ciências da Terra, tem vindo a ser crescentemente valorizada entre nós, sobretudo a partir da década de oitenta do século vinte. No âmbito da Geografia Física, destaca-se a acção desenvolvida pelo Professor Fernando Rebelo, enquanto precursor nesta área de investigação, pela valorização do tema e pela relevância do seu contributo científico, materializado em vários e sucessivos estudos. De facto, já em finais da década de setenta o tema dos riscos foi abordado no âmbito dos *processos erosivos actuais*, através de um estudo de caso sobre *a acção humana como causa de desabamentos e deslizamentos* (REBELO, 1977), seguindo-se estudos sobre ravinamentos, inseridos na temática dos declives. A questão dos riscos naturais foi sempre central na sua investigação, sob a perspectiva da acção antrópica (REBELO, 2003).

Nesta breve reflexão, pretendemos colocar em paralelo a temática dos riscos e a das novas territorialidades urbanas. Iremos dar maior relevância à perspectiva social do risco e à sua interferência no processo mutacional dos espaços envolventes das cidades. Importa-nos, aqui e agora, reflectir um pouco sobre a questão dos riscos em espaço urbano e em territórios sob forte pressão residencial, em acelerada mudança, onde os efeitos das mobilidades centrífugas e centrípetas, se acentuam, enquanto as oportunidades se geram e os riscos urbanos se começam a propagar, em ritmo mais ou menos acelerado.

Neste contexto, pensar sobre riscos urbanos remete-nos para a organização do território sob influência urbana, sendo que aquela assume formas diversas consoante os processos em causa e os agentes que os dinamizam.

Importa dizer o que entendemos sobre riscos sociais na cidade e as possíveis consequências, em termos de fuga do urbano e repercussões ao nível do urbano. Interessará também lembrar, dentro da temática da urbanização, alguns dos factores, agentes e consequências desse processo mutacional, crescentemente considerado e conceptualmente valorizado, embora sob terminologia diversa.

E, nesta nota introdutória um breve apontamento - o primeiro contacto com os processos de periurbanização surgiu na formação que recebemos ainda estudante, nas disciplinas de Geografia Humana e respectiva iniciação aos trabalhos de campo (REBELO, 1975). A problemática das relações cidade-campo desde logo nos atraiu, pela partilha de espaços e dupla perspectiva territorial, a que acresce a dicotomia funcional e a complexidade social dela decorrentes. A pertença a este território de fronteira contribuiu para a percepção e acompanhamento da questão dos riscos em áreas periurbanas a que, contudo, falta alguma reflexão conceptual, pelo afastamento teórico que temos relativamente à Geografia dos Riscos, enquanto área de investigação.

1. Dos riscos naturais aos riscos sociais

A pesquisa sobre os riscos naturais mantém plena actualidade e importância, pelos domínios científicos que abarca (climático, hidrológico, geológico, entre outros), pelo rigor da sua investigação, com estreita ligação às ciências exactas e, sobretudo, pelo carácter de prevenção dos estudos que desenvolve, prioritários numa sociedade que tem como principais

objectivos a minimização dos riscos e consequente fuga ao aleatório. Embora mantendo forte ligação a outras ciências da Terra (Geologia) e matemáticas (Estatística), a Geografia dos Riscos tem vindo a fazer um crescente apelo às ciências humanas. Tal deve-se, de alguma forma, à enorme relevância da actuação do homem, enquanto agente modelador do planeta e também, considerando o reverso da medalha, como principal agente desestabilizador do equilíbrio ambiental e ecológico. Assim, neste último século têm crescido de forma quase exponencial os riscos desencadeados pela acção humana, de forma mais ou menos directa e próxima (tais como riscos de deslizamento, inundações, incêndio) (LOURENÇO, 2007) ou indirecta (“buraco” do ozono, chuvas ácidas, etc.) (ALLÈGRE, 1994). Ora, apesar de as diversas áreas de estudo dos riscos patentear uma desigual aproximação aos objectos das ciências exactas e das ciências sociais, entende-se que a noção de risco se esvazia, se não for valorizada a sua componente antrópica, tal o seu significado no que toca ao accionamento dos mecanismos de risco. Foi no último quartel do século vinte, que a importância dos riscos sociais, nomeadamente de ordem ambiental e tecnológica, deu origem a um novo conceito, o de “sociedade de risco” (BECK, 1992). Esta noção deixa entrever a relevância do risco resultante da acção destruidora do homem, a qual pode desencadear processos cujas consequências, directas e indirectas, se revelam riscos com perigos globais acrescidos. De facto, algumas decisões humanas provocam desfechos que não reconhecem fronteiras, sendo imprevisíveis as suas interferências, consequências e limites, daí a menção a “incertezas fabricadas” (BECK *et al.*, 2000), as quais são extremamente difíceis de controlar. Estão na razão directa da capacidade científica e tecnológica das sociedades e podem envolver domínios que vão do âmbito informático ao da saúde (entre outros), sendo incomensurável o seu poder de destruição.

2. Risco e perda

Em termos do senso comum, associamos à noção de *risco* o sentido de *perda*. De facto, a ideia de *risco* remete para a possibilidade de destruição de alguma coisa, tangível ou não, e pode abranger desde o indivíduo isolado até à sociedade no seu todo. Está naturalmente associada à noção de escala - individual, familiar ou comunitária - e envolve territórios que podem ir do domínio doméstico a áreas cada vez mais vastas e heterogêneas, podendo atingir dimensão planetária. Hoje, o temor social de perda estende-se a âmbitos tão diversos como a saúde, a segurança, o património ou até a comunicação, sendo que no contexto urbano, pelas suas características intrínsecas e decorrente oportunidade de actuação de agentes desestabilizadores, se manifestam riscos muito diversos, com maior ou menor grau de acuidade e frequência.

2.1. Riscos, acaso e vulnerabilidade

Numa perspectiva metodológica tem toda a pertinência a consideração dos conceitos e da terminologia, já que o estabelecimento geral do quadro conceptual, para além de viabilizar as analogias entre estudos de autores diversos, torna mais fácil a apreensão dos fenómenos e a consideração dos factores e/ou agentes neles envolvidos, contudo não cabe aqui aprofundar tal questão. Diremos apenas que enquanto na percepção comum dos riscos é dada primazia à ideia

de *acaso*, associada ao carácter aleatório dos fenómenos, na concepção científica da questão dos riscos, valoriza-se precisamente a noção de *vulnerabilidade*. Esta está relacionada com a capacidade de um grupo humano prever e adoptar as necessárias medidas, para evitar ou enfrentar um desastre. Parece, assim, existir uma certa contradição entre o carácter aleatório do risco, no senso comum, e a vulnerabilidade social, entendida na perspectiva científica. De facto, o *acaso*, de certa forma, constitui uma limitação à capacidade de adopção de medidas capazes de diminuir os níveis de *vulnerabilidade* da sociedade e dos territórios, sendo que o nível de vulnerabilidade se encontra na razão inversa da capacidade de prevenção do fenómeno, dependendo da possibilidade de adoptar medidas eficazes para proteger o grupo social do desastre. Este pode ocorrer de modo inesperado, pretendendo-se então que as consequências sejam as menos graves e a sua duração a mais breve possível (BECK, 1992). A *vulnerabilidade* pode ser aferida à luz destes parâmetros, fazendo sentido a sua consideração, para avaliar o grau de resiliência do grupo social sujeito ao risco, para além de possibilitar a organização da intervenção das instituições. Assim, a minimização do risco depende da capacidade para a mobilização de meios os quais, por sua vez, permitem avaliar carências e planear atuações, com vista à redução dos efeitos.

O grande desafio para a questão dos riscos é o de se distanciar relativamente ao *acaso*. Tal implica capacidade de previsão ou de antecipação do fenómeno desencadeador do processo de risco. Assim, quanto maior o investimento em pesquisa científica e mais avançados os meios técnicos mobilizados, menor a vulnerabilidade. Convém sublinhar que à capacidade de previsão há que aliar a vontade política de intervir. Sabemos, contudo, tal não ser muito fácil, já que estamos perante fenómenos e procedimentos com relativa visibilidade e raro impacto mediático, sendo os retornos pouco relevantes - a notícia é o desastre e não a sua prevenção. A tudo isto pode acrescer a falta de peso reivindicativo dos grupos sociais envolvidos. De facto, a vulnerabilidade é, em primeiro lugar, social, estando na proporção inversa dos níveis de rendimento do grupo e/ou dos indivíduos que o integram.

De uma forma geral, são os países mais carenciados, e nestes as camadas mais pobres da sociedade, os mais vulneráveis ao risco. Assim, talvez possamos afirmar que a capacidade de enfrentar o risco está, em última análise, condicionada pelo poder económico, capacidade financeira e força política - se bem que esta ordem se possa alterar, consoante dos grupos sociais envolvidos (DOUGLAS *et al.*, 1982).

3. Riscos, abrangência e escala

No que toca à Geografia dos riscos, parece estar a operar-se uma evolução significativa, quer no que se refere a áreas de actuação, contextos, circunstâncias, agentes e factores de risco, bem como no que respeita ao carácter aleatório do risco e à capacidade de intervenção para minimizar os seus efeitos.

Apesar das mudanças de paradigma a que assistimos é inegável que a dimensão social dos riscos é cada vez mais relevante, impondo-se o seu estudo com forte carácter de primazia e urgência. Muitos autores defendem que é a consideração da parte social do risco que permite a construção de conceitos e modelos operativos, capazes de avaliação da situação real de risco e da identificação das contingências que a propiciam (THOMPSON, 1982). Com efeito, é inegável

que a intervenção do homem à escala individual ou comunitária, desencadeia muitas das situações de risco que hoje nos afectam. São riscos que não estão tão conotados com o acaso, ou o aleatório, mas dependem de mentalidades, comportamentos e atitudes - isto é, ocorrem porque o homem actua de forma a gerar desequilíbrios. Assim, perante um determinado cenário de risco, não poderemos considerar o mero “acaso”, mas até admitir que, nalgumas circunstâncias, os riscos são quase esperados e até assumidos. Tal acontece, por exemplo, com muitos dos riscos de saúde resultantes de atitudes e comportamentos, como o acto de fumar exemplifica. O processo de pesquisa, neste e noutros contextos similares, terá como objectivo a procura dos factores que conduziram ao comportamento de risco, bem como a identificação das circunstâncias que o favoreceram e, sobretudo, visa a procura de meios ou soluções que minimizem o risco e/ou anulem a conjuntura que o favoreceu (AREOSA, 2007).

É elevada a complexidade dos problemas sociais com que actualmente nos confrontamos, abrangendo áreas muito diversas mas que interagem entre si. Alguns desses problemas podem ser equacionados sob a forma de “risco”, daí a necessidade de encontrar respostas para questões que, em simultâneo, envolvem âmbitos muito díspares embora, aparentemente, bem delimitados, tais como o ambiente, a paisagem, ou o património. É por isto que, como já referimos, o estudo dos riscos faz crescente apelo à interdisciplinaridade, abrangendo áreas das ciências da natureza e das ciências humanas, envolvendo múltiplos actores em contextos diversos. Com efeito, nas circunstâncias actuais, os riscos decorrem de actuações cada vez mais amplas e difíceis de catalogar, susceptíveis de ser inseridas na esfera social como na económica, tendo sempre a conjuntura política como pano de fundo. Inscrevem-se em espaços que podem ir dos territórios do quotidiano até ao espaço global.

4. Riscos e ambivalência

Hoje são muito diversificados os riscos a que a sociedade está sujeita e, à medida que esta vai evoluindo, vamos assistindo a alguma ambivalência no que se refere à questão dos riscos. De facto, o avanço das nações e decorrente alargamento do poderio económico, proporciona crescente competitividade entre os países, gerando capacidade de investimento no âmbito científico. Daí decorre uma melhor preparação, científica e técnica, de equipas cada vez mais operativas. O avanço da pesquisa e da capacidade de intervenção irá traduzir-se na redução da componente aleatória do risco, majorando a capacidade de actuação no plano da prevenção. Por seu lado, a melhor formação e equipamento técnicos vão reflectir-se na optimização da capacidade de intervenção em caso de desastre. Poderíamos, assim, ser levados a concluir que, à medida que a sociedade avança, se reduz a sujeição dos grupos humanos ao risco. Porém, tal não acontece. Com efeito, se por um lado o homem vai neutralizando algumas situações de risco, vai também expandindo áreas que, por sua vez, proporcionam novas condições de risco.

Assim, reportando-nos às relações cidade-campo, o que em determinada época foi solução, como a migração de rurais para a cidade, nos primórdios da civilização urbano-industrial, subtraindo-se ao risco da dependência fundiária, voltou, décadas mais tarde, problema. Tal decorreu do cansaço da vida urbana, sobretudo nos países mais desenvolvidos, pela excessiva concentração urbana e decorrentes custos económicos e riscos de saúde, os

quais obrigaram a equacionar alternativas. Também o que pareceu ser um modelo de segurança e um “oásis” social, sem interferências de vizinhança nem censuras de patriarcas ou notáveis, volveu isolamento e falta de solidariedade. A tudo isto acresceu a vulnerabilidade a uma criminalidade frequentemente organizada para actuar em meios onde a coesão social seja mais fraca, pelo isolamento, traduzido na falta de relações de vizinhança e de entreaajuda (meio urbano), quer pela rarefacção do povoamento e conseqüente isolamento geográfico (espaço rural profundo) (MATEUS, 1996).

5. Os Riscos na cidade: densidades, mobilidades e danos

A primeira questão que se coloca é a da legitimidade da designação *riscos urbanos*. Será que poderemos utilizar tal acepção? Haverá riscos que ocorram exclusivamente no espaço urbano, ou será que têm alguma especificidade que permita remetê-los para o espaço urbano? Poderemos identificá-los com a cidade ou através da cidade? A estas questões poderíamos responder, de forma algo simplista, que não. Que não é curial fazer tal adjectivação, já que os riscos, naturais ou sociais, não têm afectação territorial, ocorrendo no espaço geográfico, rural ou urbano, de forma indiscriminada. Contudo, se reflectirmos um pouco sobre o que, em termos dicotómicos, distingue o campo da cidade, concluiremos que não é assim tão inverosímil a acepção “riscos urbanos”. Se não vejamos - a cidade é concentração - de pessoas, de residências, de veículos e de actividades - o que, por sua vez, exige infraestruturas específicas, como imóveis (para habitação, comércio, serviços ou indústria) ou vias de comunicação, entre outros. Na urbe os meios de transporte multiplicam-se, diversificam-se, evoluem, enquanto as mobilidades crescem de forma quase exponencial. A essa densificação e concentração, contingências que aumentam o grau de exposição e os níveis de vulnerabilidade, podem estar, de facto, associadas situações de risco *urbano*. Ou seja, se pensarmos nas repercussões, por exemplo a nível ambiental, tais como: - poluição do ar (níveis de dióxido de carbono ou concentração de óxidos de enxofre) (ALLÈGRE, 1994) do solo (aterros sanitários e contaminação de toalhas freáticas) e da água (efluentes urbanos e poluição de rios e ribeiras) - poderemos falar em riscos acrescidos nas áreas de maior densidade, humana e ocupacional, tudo isto com fortes repercussões em termos ecológicos e de saúde. Também crescem os riscos em termos de segurança rodoviária (número e gravidade dos acidentes). Por outro lado, à medida que os aglomerados populacionais crescem, aumentam os riscos de criminalidade (assaltos, agressões e/ou homicídios) e, sobretudo, aumenta a vulnerabilidade a crimes organizados (atentados, sequestros ou golpes diversos).

Pelo referido, podemos então aceitar que há riscos e perigos acrescidos nas áreas mais densamente povoadas, de maior concentração de construções, veículos e actividades - os espaços urbanos. E, se não houvesse possibilidade de tipificação dos riscos urbanos - o que não se infere do exposto - estes poderiam ser identificados pela maior frequência de ocorrências e intensidade dos danos. Acresce que, na generalidade dos países desenvolvidos, temas como gestão dos resíduos sólidos, poluição (do ar, visual e sonora), vias de circulação e áreas verdes, segurança e qualidade de vida, entre outros, fazem parte dos actuais sistemas de planeamento urbano, cujos objetivos se sintetizam em criar condições de desenvolvimento e expansão às cidades e conferir qualidade de vida aos espaços do quotidiano.

6. Urbanização dos espaços rurais envolventes da cidade, riscos e oportunidades

O avanço dos meios de transporte - mais rápidos e versáteis - favorece a dispersão das cidades por territórios cada vez mais extensos, por vezes num raio de dezenas de quilómetros. Esses espaços ainda rurais, agora ocupados por cidadãos, pouco ou nada têm a ver com os espaços suburbanos de outrora, com baixa qualidade construtiva e ocupados sobretudo pelas camadas sociais menos exigentes e com menor capacidade aquisitiva, onde às poucas oportunidades se acumulavam riscos acrescidos. Hoje os espaços de expansão urbana assumem-se como refúgio para as ansiedades da cidade. Os riscos urbanos (ou a fuga deles) conferem viabilidade à lógica de reorganização dos novos espaços, no sentido contemporâneo das territorialidades do quotidiano. Aí, podem coexistir identidades passadas (camponesas) com os actuais sinais do urbano, tais como os condomínios fechados (que trazem à tona os fantasmas da insegurança...). No princípio de todo o processo mutacional está a fuga algum(s) dos riscos urbanos - de onde se destacam os financeiros, de segurança ou de saúde - e a procura de territórios onde as amenidades residenciais, sociais e ambientais sejam susceptíveis de concretização. Contudo, outros desafios se prefiguram, expondo novas vulnerabilidades, como se verá.

A difusão urbana para o rural envolvente opera-se de forma contínua, embora não uniforme, na generalidade dos países desenvolvidos. Faz-se, sobretudo, aproveitando optimizações de meios de transporte, sobretudo rodoviários, sendo os eixos de melhor acessibilidade os de maior número de saídas e entradas. Tal contribui para a imersão dos benefícios, afogados no tempo perdido em filas de trânsito, a que crescem os riscos inerentes - económicos, de saúde, quiçá de vida. Desde o último quartel do século vinte, crescem os movimentos centrífugos da cidade, enquanto no espaço rural se materializam os sinais dessa fuga. São as novas “urbanizações”, espaços onde as inovações estéticas acompanham as forasteiras formas de viver (MATEUS, 2009). À contiguidade das casas da velha aldeia contrapõem-se agora as moradias isoladas, frequentemente rodeadas por altos gradeamentos que mal deixam ver as copas das árvores, os muros do jardim e os telhados da residência. Aliam-se às mudanças morfológicas, patentes na paisagem, as alterações do estilo de vida, evidentes na adopção de novos padrões de vida e modernas representações sociais. Não se trata apenas de uma nova forma de habitar, com inspirações em antigas vivências e tradicionais modos de vida, mas de todo um conjunto de hábitos, atitudes e comportamentos que criam um estilo de vida urbano no que antes era rural. Em alguns casos, esta nova forma de viver dissemina-se para parte da sociedade endógena, embora muitos ainda se mantenham fiéis a hábitos antigos e às tradições locais.

6.1. Novas territorialidades, conflito e risco

Estão, assim, reunidas condições para que se instituem novas práticas sociais, nem sempre bem assimiladas pela sociedade local, onde ainda vigoram arreigados costumes camponeses, como os de controlo comunitário, o que tende a gerar conflitos, por vezes entre gerações. Por outro lado, o desenraizamento da população exógena cria condições para um certo sentido de impunidade social e, por vezes, até ambiental, sobretudo pelos de menor formação e sensibilidade ecológica. Daí que surjam riscos de poluição a níveis diversos,

frequentemente associados à excessiva carga de detritos sólidos, decorrente da difícil operacionalidade das infraestruturas de saneamento, inadequadas face às elevadas densidades residenciais. Tal contribui - como no caso das ribeiras cujos leitos se transformaram em depósitos de detritos diversos, nomeadamente embalagens plásticas - para ampliar o risco de inundação das áreas com cota mais próxima do nível de base. Por outro lado, o crescimento da população residente associada a uma maior dispersão do povoamento, dificulta a gestão autárquica rural, ainda muito dependente do centro urbano, no que toca a questões de financiamento e meios operativos, nomeadamente equipamento técnico, daí que alguns problemas de mera gestão corrente e rapidamente resolúveis, volvam questões de risco.

Assim, as novas áreas residenciais, dispersas e descontínuas, acarretam diversos riscos, de que destacamos:

- gastos acrescidos do tempo médio das viagens quotidianas;
- agravamento dos conflitos sociais, pelo processo de heterogeneização sócio-espacial;
- maior incidência de alguns problemas de saúde (acidentes, stresse);
- maior consumo de recursos naturais (água e, sobretudo, combustíveis fósseis);
- poluição dos cursos de água.

Assim, se viver na cidade antiga é, cada vez mais, enfrentar perigos e correr riscos, não surpreende que surgisse, ao longo do tempo e condicionada pela dinâmica dos espaços, uma inexorável vontade de retirada da cidade densa. Sabe-se, no entanto, que tal atitude poderá vir a desencadear processos menos agradáveis, no domínio das temporalidades do quotidiano. Por outro lado, o processo mutacional pode desencadear novos riscos - desde os de âmbito ambiental até aos económicos - pelos custos acrescidos, sobretudo em tempo, pelos gastos monetários, nomeadamente em combustíveis ou transportes públicos, e pela consequente oneração do orçamento familiar. Mas, quando se está consciente do perigo e se empreende algo, assume-se um risco calculado (GIDDENS, 1998); perante a certeza da insegurança no núcleo urbano e o crescimento do medo e do stresse, os perigos e os riscos potenciais do rural constituíram-se meras ameaças longínquas, que se assumem sob a forma de risco aceitável. Este, embora varie nos diversos contextos, é central no que concerne à manutenção da confiança; do equilíbrio entre confiança e risco aceitável, configurado na neutralização de um conjunto de factores de risco, resulta uma situação socialmente atractiva, mais tranquila e que deixa transparecer alguma segurança. Assim, a minimização de elementos causadores de instabilidade, poderá contribuir para neutralizar alguns dos riscos da mudança: perante a aparente contradição - a fuga da cidade de risco produz novos riscos - há que reconhecer que esses novos riscos poderão ser reduzidos se, conhecidos os factores que os desencadeiam, forem adoptados mecanismos de prevenção que, actuando sobre as vulnerabilidades sociais, diminuam as probabilidades de ocorrência de efeitos não desejados (GIDDENS, 2000). Ao nível da actuação concreta e à escala local, temos observado que a promoção de eventos (como torneios desportivos ou festividades populares) dinamizam a comunidade local, promovendo a competitividade mas também a solidariedade, gerando novas (ou renovadas) relações de vizinhança e contribuindo para reduzir o distanciamento entre a população alógena e a autóctone, ou seja, entre novos e velhos residentes. Assim, a criação de oportunidades de convívio, embora nem sempre solucione todos os problemas de integração e aceitabilidade mútuas, facilita o conhecimento e inibe a invenção de situações de conflito.

6.2. Rurbanização e oportunidades de mudança

A criação de condições de atractividade, da parte de municípios rurais envolventes de Coimbra (sob a forma de política de solos e infraestruturização de áreas construtivas, melhoria de acessibilidades, etc.) contribuiu também para esquecer o receio de enfrentar novos riscos, aliviar tensões e expectativas, quebrando barreiras de desconfiança e reduzindo o medo da mudança. Foram, assim, criadas condições, para que à imagem da grande cidade, que cresce como uma enorme amíeba, estendendo pseudópodes às áreas vizinhas e incorporando-as no seu tecido urbano - a cidade invasora e consumidora do rural - se sobrepusesse uma outra em que o novo não aniquilava o velho, antes lhe conferia a oportunidade de mudar. Nos novos espaços residenciais, permanecem sinais que evidenciam a especificidade do rural, enquanto se desencadeiam processos no sentido do urbano. É o rurbano que emerge: - ao espaço urbano contínuo que se opunha ao rural tradicional conotado com a sociedade camponesa, sucede o da urbanidade contemporânea, configurado numa territorialidade urbana descontínua, fragmentada e polinucleada que acompanha as desconexões espaço-tempo que invadem a vida quotidiana. A separação dos contextos espaciais de residência e consumo (no campo) e o de trabalho e estudo (no pólo urbano polarizador), aliados à fragmentação dos territórios de lazer, são sinais que evidenciam a difusão dos novos paradigmas urbanos. Estes, surgem e difundem-se pela dupla influência do local e do global. Enquanto o primeiro cria efeitos de atracção, engendrados no rural, através de mecanismos políticos e fundiários, o segundo divulga modelos de vida, onde a aproximação à natureza e a potencial adopção de hábitos de consumo mais saudáveis, configuram o almejado idílico sócio-ambiental. Assim, alterando a lógica do consumo no solo urbano, através de uma racionalidade de fuga aos riscos (de poluição, stress e insegurança), altera-se também a organização das territorialidades do quotidiano. Esta tendência pode ser comprovada nalgumas cidades portuguesas que, pela sua dimensão (não macro mas média), contexto físico, estrutura demográfica, dinamismo cultural e capacidade de gerar sinergias, se constituíram como centros dinamizadores de uma região, mais ou menos vasta, onde se assumem novas urbanidades. É o que parece estar a acontecer com Coimbra que viu crescer, na sua área envolvente, os núcleos populacionais sede de municípios contíguos, como Condeixa-a-Nova, Lousã ou Miranda do Corvo, onde os efeitos de dinamização económica e social estão patentes no crescimento e heterogeneidade do tecido empresarial, na reprodução social e consequente renovação geracional (MATEUS, 2009). Aí se tem vindo a constatar a instalação de centros de comércio e de serviços que procuram localizações periféricas, mais “acessíveis” em termos de custos de implantação e com maiores potencialidades de expansão da procura. Inscrevem-se aqui os actuais espaços comerciais polivalentes, no caso supermercados, alguns com elevada capacidade de indução daí que, por sua vez, dinamizem centros empresariais de alguma dimensão, onde pontifica o comércio em geral, mas também hotéis e/ou pousadas. Também no sector dos serviços (públicos e privados) se tem notado uma ampliação e significativa melhoria. Da renovação das instalações à qualidade do atendimento e consequente eficácia de funcionamento, tudo se conjuga no sentido de otimizar investimentos e captar clientelas. As mudanças assim operadas têm contribuído para reduzir distâncias e “fronteiras” entre territórios administrativos e para o estreitamento de relações de complementaridade entre concelhos vizinhos. O que antes era rivalidade, desconfiança e “complexo de superioridade” do centro relativamente à periferia,

tem vindo a dar lugar a novas dinâmicas assentes no aproveitamento de sinergias, como as que decorrem da melhoria das acessibilidades (e facilidade de estacionamento), qualidade ambiental e riqueza patrimonial dos municípios envolvidos. Essa reorganização dos espaços, no sentido da rurbanização, pode ser vista como um efeito positivo e entendida como oportunidade de mudança. Pode ser constatada através de:

- melhoria das acessibilidades e aumento da fluidez dos sistemas de transporte, entre os centros secundários e destes com o pólo principal;
- aumento das migrações quotidianas de trabalho e estudo, para o centro urbano polarizador;
- ampliação das infraestruturas de serviços e comércio nas áreas rurbanizadas, para atender as procuras imediatas dos novos residentes e da população das vizinhanças;
- implantação de estabelecimentos comerciais, frequentemente de origem exógena (Lidl, Intermarché, Dia) que procuram otimizar a relação dos custos (de instalação, equipamento, recrutamento de pessoal, etc.) com os benefícios (acessibilidades; área de mercado e dinâmicas de procura).

Hoje, pela procura de renovação das territorialidades do quotidiano, afirma-se um novo paradigma de organização dos espaços rurais sob influência urbana - o que dantes era dominado pela dicotomia tende a dar lugar à integração de pessoas e meios, tangíveis ou não, que se conjugam no sentido de um melhor aproveitamento de oportunidades - daí que, nalguns dos núcleos urbanos emergentes, surjam dinâmicas de crescimento que parecem contrariar tendências gerais, inscritas a várias escalas.

Concluindo

Desta breve reflexão, parece poder concluir-se que os riscos sociais, sentidos ou vividos no centro urbano ou nas áreas suburbanas, tem vindo progressivamente a dar lugar, nas áreas em processo de rurbanização, à oportunidade de usufruir de amenidades quotidianas. Estas podem ser desde ambientais e económicas, decorrentes da possibilidade de usufruição de espaços verdes privados, para lazer ou para fins produtivos, até sociais e culturais, que passam pelo estreitamento das relações entre novos e velhos residentes e eventual renovação dos valores camponeses. Enfim, perante estes sinais de mudança, reconhecemos que os riscos oferecem oportunidades que devem ser aceites, na expectativa de providenciarem benefícios (THOMPSON *et al.*, 1982). Acresce que, também os centros urbanos centrais muito poderão beneficiar com o novo paradigma territorial, através do aproveitamento dos recursos patrimoniais, ambientais e culturais, dos espaços que polarizam e do estabelecimento de parcerias, as quais, por sua vez, poderão gerar sinergias que valorizam todo o território envolvido. Este deixa de ser entendido como um somatório de pequenos concelhos rurais que gravitam à volta do urbano polarizador, para dar lugar a um espaço integrado, heterogéneo e dinâmico, onde as novas urbanidades emergentes não anulam o campo permanente, antes o revelam nas suas diferenças e valores identitários.

Bibliografia

- ALLÈGRE, C. (1994) - *Ecologia das cidades, ecologia dos campos*. Instituto Piaget, Lisboa.
- AREOSA, J. (2007) - "Atitudes comportamentais perante o risco". *Congresso Internacional de Segurança e Higiene no Trabalho 2007*, Porto.
- BECK, U. (1992) - *Risk society. Towards a new modernity*. Sage, Londres.
- BECK, U. (1999) - *World risk society*. Polity Press, Cambridge.
- DOUGLAS, M. e WILDAWSKY, A. (1982) - *Risk and culture: An essay on the selection of technological and environmental dangers*. University of California Press, Berkeley.
- GIDDENS, A. (1998) - *As consequências da modernidade*. Celta Editora, Oeiras.
- GIDDENS, A. (2000) - *O mundo na era da globalização*. Editorial Presença, Lisboa.
- LOURENÇO, L. (2007) - "Riscos naturais, antrópicos e mistos". *Territorium*, nº 14, Coimbra, pp. 107-111.
- MATEUS, M. L. Roxo (1996) - "O mundo rural: referências camponesas num espaço que se urbaniza". *Cadernos de Geografia*, nº17, *Homenagem ao Doutor J. M. Pereira de Oliveira*, IEG, Coimbra.
- MATEUS, M. L. Roxo (2009) - *Campos de Coimbra: do rural ao urbano*. Tese de Doutoramento, FLUC, Coimbra.
- REBELO, F. (1975) - "O afluxo diário de trabalhadores a Coimbra e os transportes rodoviários de passageiros". *Biblos*, LI, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 649-662.
- REBELO, F. (1977) - *Os processos erosivos actuais no litoral norte e centro de Portugal*. Estudos 2, "A acção humana como causa de desabamentos e deslizamentos - análise de um caso concreto", 25 p.
- REBELO, F. (2003) - *Riscos Naturais e Acção Antrópica. Estudos e Reflexões*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 286 p., 2ª edição, revista e aumentada.
- THOMPSON, M. e WILDAWSKY, A. (1982) - "A proposal to create a cultural theory of risk". In: KUNREUTHER, H. C. e LEY, E. V. (Eds) - *The Risk Analysis Controversy - An Institutional Perspective*. Springer-Verlag, Berlin.